

07 JUL 1990

Senado acaba recesso e vota salário

RAIMUNDO PACCÓ

Está interrompido o recesso do Senado, que já na segunda-feira, às 14h30m, deverá iniciar a votação dos projetos de lei salarial, da lei anti-sequestro, do Código de Defesa do Consumidor e do plano de custeio e benefícios da Previdência. A decisão foi tomada no final da noite de ontem, depois de muitas reuniões e uma tensa sessão do Congresso, que adiou para a tarde da terça-feira a votação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A retomada dos trabalhos do Senado foi decidida em uma reunião da Mesa, em que o presidente do Congresso, Nelson Carneiro se absteve de votar.

A decisão de retomar os trabalhos do Senado não era exatamente o que pretendia o senador Nelson Carneiro, mas depois de muitos apelos inclusive do presidente do seu partido, deputado Ulysses Guimarães (SP), e outras tantas provocações, o presidente do Congresso, que acumula a função naquela Casa, concordou em discutir o assunto com os membros da Mesa e decidir à questão.

Carneiro chegou a ser acusado de inimigo público nº 1 dos trabalhadores brasileiros

pelo líder do PDT, deputado Doutel de Andrade (RJ), e ele próprio acusou os políticos cariocas de usarem o episódio — o mandato de segurança e a consequente liminar do Supremo Tribunal Federal — “contra o candidato a governador do Rio de Janeiro, o senador Nelson Carneiro”, ele próprio.

CRÍTICAS

O senador fez menção a sua campanha depois que o deputado Fernando Lyra (PE), também do PDT, o questionou sobre uma entrevista dada anteontem a uma rede de televisão, em que Carneiro afirmou que o projeto de lei salarial em tramitação no Senado era um “esbulho” porque todos sabem que a proposta, se aprovada, será vetada pelo presidente da República.

“Estamos enganando o operariado”, disse o senador, provocando indignação do plenário. “Não podemos deixar de votar uma lei porque achamos que o Presidente vai vetar”, argumentou Lyra e outros tantos congressistas, questionando o presidente do Congresso com alusões a empréstimos concedidos ao governo carioca por Collor de Mello.